

Uma Contribuição à História Pré-Institucional

da Geografia Brasileira através da Obra de José Veríssimo

Mônica Sampaio Machado*

RESUMO

O presente trabalho procura dar uma contribuição à história pré-institucional da Geografia brasileira a partir da leitura da obra *Educação Nacional*, publicada em 1890 por José Veríssimo Dias de Matos, um dos mais importantes intelectuais do final do século XIX. Na primeira parte, utilizando informações “biobibliográficas”, procuro apresentar a importância intelectual de José Veríssimo, assim como situá-lo no

cenário cultural brasileiro da época. A segunda parte é dedicada à apresentação da obra *Educação Nacional* e à proposta de implantação da *Geografia Pátria* nela contida, que, conforme Veríssimo, representava uma das âncoras do processo de constituição do cidadão nacional.

PALAVRAS-CHAVE:

História da Geografia; Geografia Brasileira; Geografia Pátria; Educação Nacional; Primeira República.

Nos últimos vinte anos, a partir da realização do Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em Fortaleza, em 1978, ressurgem na Geografia brasileira temáticas e estudos vinculados à história do pensamento geográfico. Nesse Congresso, foram introduzidas mudanças cruciais, que afetaram a prática dos geógrafos e dos professores universitários no Brasil. Essas mudanças estavam associadas ao movimento de renovação vivido pela Geografia em função do processo de redemocratização do país. A “abertura” política promovia a necessidade de restabelecer as discussões sobre o papel da disciplina e de recuperar sua história.

Desde então alguns esforços têm sido registrados para a organização de pesquisas, abrangendo a história e a memória da Geografia brasileira. Temas relativos ao seu período institucional, que teve início da década de 1930, quando surgem os Cursos de Geografia com a implantação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da

Universidade do Distrito Federal, em 1935, aparecem com maior frequência. Já a realização de investigações, envolvendo o período pré-institucional, tem sido dificultada em virtude, primeiramente, da falta de tradição da Geografia no trato das questões historiográficas e, em segundo lugar, da ausência da identificação de quais discursos poderiam ser qualificados na categoria de geográfico, visto que são desconhecidos os “geógrafos” antes da plena institucionalização da Geografia no país. Seriam eles os viajantes europeus que participaram de expedições científicas no período colonial e imperial? Seriam bacharéis de Direito leitores de Ratzel? Ou engenheiros geógrafos saídos das escolas politécnicas? Ou ainda os engenheiros militares envolvidos com o levantamento cartográfico das zonas de fronteira? Ou os professores de Geografia dos liceus?¹

Não pretendendo entrar no mérito dessa discussão, mas somente apresentar uma pequena contribuição à história pré-institucional da Ge-

ografia brasileira, o trabalho ora proposto irá utilizar como fonte de estudo a obra de um dos mais importantes intelectuais do final do século XIX, o crítico literário José Veríssimo de Dias de Matos – *A Educação Nacional*. Publicada em 1890, primeiro ano do regime republicano, foi a mais representativa e importante obra da vertente pedagógica do autor.

Desde o final do Império, a discussão em torno dos assuntos educacionais vinha se dando de forma vigorosa. Demandava-se a tomada de posição diante das precárias condições do sistema escolar então existente e a formulação de uma política nacional de educação. A República proclamada recebe do Império uma herança caracterizada pelo fervor ideológico e pela sistemática tentativa de evangelização e redenção do país através das idéias de democracia, federação e educação. Recebe como herança um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação (Nagle, 1997, p. 261-267).

José Veríssimo, pertencendo a “geração modernista de 1870”, destacando a ciência e a cultura como elementos fundamentais de construção da nação, irá propor nessa obra uma saída para a redenção do país com a construção de uma verdadeira educação nacional. Como pedras angulares desse projeto, Veríssimo enfatiza a importância de organização e implementação da História Pátria e da Geografia Pátria no Brasil. Para o autor, ambas ocupavam lugar de destaque e permitiam a cristalização da tão almejada identidade nacional.

Partindo dessas considerações, pretende-se neste trabalho apresentar a proposta de implantação da *Geografia Pátria* para a Primeira República brasileira, exposta por Veríssimo em *A Educação Nacional*. Para tanto, o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, utilizando informações “biobibliográficas”, procuro apontar a importância intelectual de José Veríssimo, assim como situá-lo no cenário cultural brasileiro da época. A segunda parte é dedicada à apresentação da *Educação Nacional* e da *Geografia Pátria*.

JOSÉ VERÍSSIMO DIAS DE MATOS ²

José Veríssimo Dias de Matos (Óbidos, Pará, 1857 – Rio, 1916), filho de José Veríssimo de Matos, médico militar da Colônia Militar em Óbidos, Pará, e de Anna Flora Dias de Matos. Para dar início ao curso primário, José Veríssimo, aos oito anos de idade, em 1865, segue para Manaus, hospedando-se na casa do Tenente Coronel Inocêncio de Araújo, amigo de seu pai. No ano seguinte, em 1866, junto com os pais, muda-se para Belém, onde estuda durante três anos no Seminário Episcopal. Aos doze anos, em 1869, chega sozinho ao Rio de Janeiro e hospeda-se na casa de seu tio, o advogado Conselheiro Antônio Veríssimo de Matos.

Freqüenta o Imperial Collegio de Pedro II, em seguida o Colégio Vitória e, por fim, para se dedicar à engenharia, a Escola Central. Com problemas de saúde, cursa apenas o primeiro ano, cancelando a matrícula e regressando ao Pará em 1876, com dezenove anos. No Pará, participa de uma excursão, realizada pelo Governador José Lustosa da Cunha Paranaguá, ao interior da bacia Amazônica, permitindo-lhe ampliar o conhecimento a cerca da realidade histórico-espacial amazonense. Emprega-se na Companhia de Navegação do Amazonas e, posteriormente, por concurso, ingressa na Secretaria do Estado. Paralelamente, começa a publicar contos, críticas literárias e impressões de viagens, juntamente com escritores e redatores de notoriedade reconhecida, nos jornais de renome da Província.

Em 1881, aos vinte e quatro anos, viaja para a Europa, objetivando cuidar da saúde e participar do Congresso Literário Internacional, em Lisboa. Lá recebe a Comenda da Ordem de Cristo, com a apresentação da memória sobre o movimento literário no Brasil. Em 1883, retorna ao Pará, voltando a colaborar com jornais provincianos. Cria, neste mesmo ano, entusiasmado com assuntos educacionais, a Sociedade Paraense Promotora da Instrução. Em 1884, fun-

da o Colégio Americano, o qual dirige até 1890, introduzindo no Brasil a Educação Física e o Jardim da Infância. No mesmo ano, casa-se com a professora Maria Elói Tavares. Em 1886, organiza, juntamente com Lauro Sodré, o Clube Republicano do Pará.

Em 1889, realiza sua segunda viagem à Europa, para participar do Congresso de Antropologia e Pré-História em Paris, apresentando a tese *O homem do Marajó e a antiga civilização amazônica*. Em 1890, é nomeado, no Governo Interino de Paes de Carvalho, Diretor da Instrução Pública do Estado, iniciando reformas que visavam à modernização do ensino no Pará. Como Diretor da Instrução Pública, inaugura, na Escola Normal, a frequência de alunos dos dois sexos e prestigia o Museu Paraense, que, naquele momento, experimentava uma enorme decadência.

Em 1891, muda-se para o Rio de Janeiro e começa a trabalhar, a contra-gosto, em um escritório comercial. Em 1892, com a fundação do *Jornal do Brasil* de Rodolfo Dantas, José Veríssimo passa a se dedicar à crítica literária e ao magistério. Entre os anos de 1892 e 1897, dirige o Externato do Gymnasio Nacional³. Neste período, leciona Português e História Geral da América na antiga Escola Normal e rege as cadeiras de Pedagogia e de História da Instrução Pública Brasileira no Pedagogium⁴. Em 1895, torna-se sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira cujo patrono é João Francisco Lisboa e da qual se afasta em 1911, por ocasião da eleição de Lauro Müller. Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1906, José Veríssimo se submete ao concurso para catedrático de História do Externato do Gymnasio Nacional, conseguindo o primeiro lugar perante a banca, constituída por Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Fernando Antônio Raja Gabaglia. Em 1910 e 1912, exerce a direção da Escola Normal, falecendo em 1916, no Engenho Novo, Rio de Janeiro.

JOSÉ VERÍSSIMO: PRODUÇÃO INTELECTUAL

As informações biográficas sobre José Veríssimo permitem ilustrar a amplitude de sua contribuição à cultura brasileira. Jornalista, educador e crítico literário, Veríssimo buscou, a partir da incansável dedicação ao trabalho intelectual, construir, à época, um modelo brasileiro de pensamento crítico, objetivo que se evidencia na sua rica e diversificada produção intelectual.

Os vários escritos publicados por Veríssimo constituem obras exemplares. Essas obras podem ser agrupadas em duas fases de sua vida⁵. A primeira compreende livros publicados e participações como publicista e editor de periódicos da Província, entre os anos de 1878 e 1890, antes de sua mudança para o Rio de Janeiro. A segunda fase tem seu começo em 1891, quando Veríssimo inicia uma atividade ininterrupta de jornalismo literário no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Nesta fase é expressiva sua participação literária na imprensa periódica da capital do país (Barbosa, 2001).

No período em que vive em sua província natal, Veríssimo dá início a sua existência de escritor. Colabora em *Liberal do Pará*, mais tarde, no *Diário do Grão-Pará* e, por fim, funda o jornal trimestral *A Gazeta do Norte*. Contribui também na *Província do Pará*, em *O Comércio do Pará* e na *República*, em 1883. Cria e dirige a *Revista Amazônica*, da qual foram publicados dez fascículos no período de março de 1883 a fevereiro de 1884. Publica os folhetos *Emílio Littré*, 1881 e *Carlos Gomes*, 1882, quatro livros *Primeiras Páginas 1878*⁶, *Cenas da vida Amazônica*, de 1886, a primeira série de *Estudos brasileiros (1877-1885)*, de 1889, e *A Educação Nacional*, de 1890.

Na obra de Veríssimo, nessa primeira fase, predomina o esforço de compreender o estado intelectual e cultural do Brasil, seja através dos estudos etnográficos regionalistas, pintando cenários amazonenses, seja através dos ensaios de

síntese em que busca assimilar, sob a inspiração das teorias evolucionistas e positivistas, a evolução da vida intelectual e da própria literatura brasileira, como nos ensaios “A Literatura Brasileira, sua formação e destino”, “O Movimento Intelectual Brasileiro de 1873-83”, “Literatura e Homens de Letras no Brasil” e “Do Nacionalismo na Poesia Brasileira”, todos incluídos nos *Estudos Brasileiros*.

Na segunda fase, no Rio de Janeiro, em virtude de sua atuação no *Jornal do Brasil*, em 1894, Veríssimo publica a segunda série dos *Estudos brasileiros* (1889-1893), primeiro resultado valioso para sua trajetória crítica. Ficando encarregado da edição e direção da *Revista Brasileira* a partir de 1895, além de dezenove volumes terem sido publicados até 1899, nasce a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras, renovando o interesse do país pela cultura literária e mobilizando intelectuais de expressão. A *Revista Brasileira* dá também a Veríssimo não apenas a oportunidade de publicar numerosos ensaios críticos e notas bibliográficas, muitos dos quais vão compor a primeira série dos Estudos de literatura brasileira, de 1901, mas ainda uma enorme visibilidade no cenário cultural da capital do país (Barbosa, 2001).

No Rio de Janeiro, Veríssimo também intensifica sua fase de produção jornalística na área da educação, destacando-se os artigos “O mal de nosso ensino público”, “O ensino da História na Escola Normal”, “O ensino municipal do Rio de Janeiro” (este publicado na *Revista Educação Nacional*), e ainda “A educação em geral”, “A pedagogia”, “A educação física”, divulgados pela revista *Educação e Ensino* (Cavazotti, 1999).

Além do *Jornal do Brasil*, Veríssimo colabora também no *Jornal do Comércio*, *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *A imprensa*, *Debate*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, nas revistas *Kosmos*, *Renascença*, *Almanaque Garnier* e na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, resultando na publicação das seis séries dos “Estudos de literatura brasileira”, das três séries de “Homens e coisas

estrangeiras”, do volume “Que é literatura?” e outros escritos e da – monumental – *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira* (1601) a *Machado de Assis* (1908), obra póstuma, publicada no mesmo ano de sua morte, em 1916 (Barbosa, 1985, 2001).

Pertencendo a “geração de 1870”⁷, herdando o novo espírito crítico e científico do período, Veríssimo destacava-se no cenário intelectual da época por colaboração efetiva no fortalecimento da educação, da literatura, do jornalismo, enfim, da cultura e da política brasileiras. Sua produção espelhava um projeto de construção do Brasil-nação. Essa preocupação, presente de diferentes maneiras em suas obras, refletia e mesmo potencializava o debate e o pensamento intelectual daquele momento.

JOSÉ VERÍSSIMO: A GERAÇÃO DE 1870 E O IDEÁRIO NACIONAL

Desde a extinção do tráfico negreiro, em 1850, e a decadência da economia açucareira, inicia-se um deslocamento do eixo de prestígio socioeconômico para o sul do país, gerando, como um quadro novo para a nação, os anseios das classes médias urbanas, influenciadas pelas idéias liberais, abolicionistas e republicanas. Permeadas pelo pensamento europeu positivista e evolucionista, essas idéias, a partir de 1870, introduzem-se na intelectualidade brasileira e propiciam o rompimento com a então visão romanesca, típica do século XIX. Comte, Taine, Spencer, Darwin e Haeckel tornam-se autores referenciais desta nova geração de intelectuais nacionais, a chamada “geração modernista de 1870”.

Começando a escrever por volta de 1875-1880, a “geração de 1870”, orientada pelas influências de Tobias Barreto e a Escola de Recife, afirmava o novo espírito crítico, aplicando-o aos diferentes aspectos da realidade brasileira. Desta geração, destacam-se Capistrano de Abreu, no desenvolvimento da História, Sílvio Romero,

desdobrando-se sobre as letras, a etnografia, o folclore e a teoria da cultura, Araripe Júnior e José Veríssimo, ambos voltados intensamente para a crítica sócio-literária⁸.

Influenciados pelas filosofias da história centradas no determinismo geográfico e racial revestidas de um sabor cientificista e modernizador, esses intelectuais buscavam pensar a integração do Brasil na cultura ocidental. Consideravam prioritário, para a realização desta integração, o desenvolvimento da cultura e da ciência. Somente o poder das idéias, a confiança total na ciência e a certeza da importância da educação intelectual constituíam caminhos legítimos para melhorar os homens e atualizar o país, superando o atraso cultural e acelerando sua marcha evolutiva⁹. A construção do Brasil como uma nação moderna era meta essencial dessa intelectualidade assim como a formação do sentimento brasileiro. A nacionalidade era tomada como critério básico e indispensável de avaliação dos produtos literários, científicos e culturais brasileiros.

Como o modelo de edificação do Brasil moderno foi buscado nas grandes nações imperiais européias, os intelectuais brasileiros se deparavam com problemas semelhantes, no que se refere à instauração do Estado brasileiro moderno: a ausência de uma nação e de um Estado forte. A construção da nação e a remodelação do Estado foram dois parâmetros essenciais da produção intelectual daquele momento, produção que tinha como finalidade atualizar o Brasil frente ao exemplo político-cultural europeu e americano (Sevcenko, 1999, p. 83).

Não obstante essa idéia de construção da nação só tenha começado a tomar expressão no meio intelectual nos anos de 1870, ela não era nova. Sua constituição já se fazia presente na elite imperial desde 1820, principalmente entre os políticos brasileiros que lideraram o processo de independência, muito embora, até 1870, esse mesmo sentimento de identidade nacional estivesse ausente entre os grupos locais e na popu-

lação em geral. Nas províncias, até a década de 1970, transpareciam ressentimentos contra o Imperador, a Corte e o Rio de Janeiro, e nenhuma preocupação era registrada com relação à manutenção da unidade nacional. A palavra pátria apresentava-se de forma ambígua, sendo usada com frequência para denotar províncias e não Brasil. É somente a partir da guerra contra o Paraguai (1865-1870) que a nação inteira se mobiliza, demonstrando a população, pela primeira vez, um sentimento positivo de pátria brasileira. A poesia, os cartuns e o próprio governo passam também a atestar de forma efetiva esse sentimento patriótico (Carvalho, 1999a, p. 233-268).

A “geração de 1870”, imersa nesse fluxo de acontecimentos e influenciada pelo pensamento europeu positivista, acaba conduzindo a dianteira do debate sobre a definição e a construção da nacionalidade. Políticos, jornalistas, cronistas e escritores, espantados com o ritmo com que as grandes potências retalhavam o globo terrestre nas últimas décadas do século XIX e temerosos de que o Brasil a viesse sofrer uma invasão das potências expansionistas, perdendo sua autonomia ou parte do seu território, passam a veicular em seus discursos e produções literárias posições tanto de alarme quanto de defesa da nação. Como uma maneira de aprofundar o conhecimento sobre o Brasil, essa geração dedicase à realização de estudos sobre os diversificados aspectos da realidade brasileira, fortalecendo o já evidente nacionalismo intelectual (Sevcenko, 1999, p. 83-85).

Embora propondo-se a refletir e elaborar o novo pensar no e sobre o Brasil, esses “mosqueteiros-intelectuais” encontraram um país surdo e preguiçoso à campanha de salvação e construção nacional. O advento concatenado da Abolição em 1888 e da República em 1889, com a promessa de democratização, significou ironicamente experiência mais traumática e desagregadora dessa geração. Foi uma verdadeira decepção que pairou sobre essa elite intelectual modernizadora¹⁰.

A agitação política dos primeiros anos da vida republicana conduz ao afastamento de muitos intelectuais da arena política. Entre 1890 e 1900, um grande número de escritores abandona uma posição de engajamento na vida social para defender uma posição de ceticismo e distanciamento em frente da estrutura política, social e econômica do país. José Veríssimo, destacado intelectual desta geração, que de sua coluna no *Jornal do Comércio* praticamente dirigia todo o movimento literário na primeira década do século XX, descrevia essa decepção com frequência e clareza, salientando o pessimismo e o inconformismo que permeavam os debates do período.

A EDUCAÇÃO NACIONAL

Pois bem, forçosamente republicano, não porque acredite na eficácia e infalibilidade da república, da qual vejo apenas uma resultante e não um factor, uma formula governamental mas não a forma definitiva que ainda escapa às nossas previsões, porém por julgar-a determinada pelas nossas circunstâncias políticas e evolução histórica, é sinão com honestidade, ao menos sem nenhuma sympathia que encaro o actual movimento republicano, fadado por ventura a não remoto triumpho. (Veríssimo, 1890)

Foi na passagem da Monarquia para a República, em clima de euforia e, ao mesmo tempo, de desilusão com a implantação do novo sistema de governo, que Veríssimo escreve *A Educação Nacional*. Elaborada a partir de uma crítica devastadora ao sistema educativo de então, essa obra vinha propor explicitamente uma contribuição às mudanças que deveriam surgir com o regime republicano. A primeira edição foi publicada no Pará, em 1890, logo após a proclamação da República e a implementação da reforma na área educacional, levada à frente por Benjamin Cons-

tant, então Ministro da nova Pasta da Instrução Pública. A segunda edição foi publicada no Rio de Janeiro, em 1906, pela livraria Francisco Alves¹¹. Nesta reedição, o autor inclui uma extensa introdução, apresentando um balanço extremamente crítico das primeiras medidas executadas pela administração de Benjamin Constant.

Veríssimo inicia a introdução da primeira edição de *A Educação Nacional* sob uma posição cética com relação ao tipo de República implantada no país. Como a República brasileira havia se estruturado a partir da simples mudança da forma de governo, desconsiderando o elemento povo, único que poderia mudar radicalmente a nação, Veríssimo não dava crédito à proposta republicana brasileira de regeneração do país¹². Para ele, a transformação absoluta do Brasil se efetivaria a partir do povo. Somente a reforma e a restauração do povo, da nação, poderiam levar à transformação e construção de um Brasil moderno. Para tanto, Veríssimo julgava existir um só meio infalível, certo e seguro – a educação. “Nós tivemos já a reforma radical no governo, cumpre-nos completar a obra da revolução pela reforma profunda da nossa educação nacional” (Veríssimo, 1890, p. 11).

Para a implantação da reforma da educação nacional, Veríssimo considerava fundamental a construção e o fortalecimento de um sentimento que o povo brasileiro não dispunha – o sentimento nacional, que para o autor, se distinguiu de caráter nacional. Estabelecendo a comparação do Brasil com os Estados Unidos, Veríssimo vai desenvolvendo a diferenciação de caráter e sentimento nacional.

No Brasil, graças à unidade de raça, formada pelo cruzamento do índio, português e negros, à unidade da língua e da religião, enfim, graças às influências das tradições portuguesas, o caráter nacional era, incontestavelmente, mais intenso do que nos Estados Unidos, onde, segundo Veríssimo, tal caráter era inexistente, pois os elementos étnicos e sociais eram muito diversos e desencontrados: havia o alemão, o saxônio,

o luterano ou evangélico, o inglês, anglo-saxônio, presbiteriano ou anglicano, o irlandês, o celto-bretão, o católico, além do francês, do negro e do holandês, sem contar com o índio e o chinês, quase eliminados. Cada um guardava sua língua ou dialeto, e ainda sua literatura e as suas tradições. Embora o caráter nacional estivesse ausente, esse amálgama pôde produzir uma grande nação. Essa grandeza nacional, segundo o autor, era fruto da força do sentimento nacional. O contrário acontecia com o caso brasileiro.

O sentimento nacional norte-americano, segundo Veríssimo, estava alimentado por um orgulho nacional, fruto da prosperidade oriunda da extensa migração, pela abundância de excelentes terras e pelo progresso material. Já no Brasil, assinala o autor, não havia nada, desgracadamente, de que se orgulhar. Reportando-se à observação de Sílvio Romero em *História da Literatura Brasileira*, Veríssimo aponta que enquanto nos outros países seus grandes homens, suas grandes obras, seus poetas, sábios, estadistas eminentes e escritores eram citados com vaidade; no Brasil, a inspiração estava centrada na natureza, a qual era a base de nossa vangloria, de nosso orgulho. Expressões como o “majestoso Amazonas”, as “soberbas florestas”, os “rios gigantes”, as “montanhas que tocam as nuvens” eram freqüentemente utilizadas nas então referências nacionais.

Outro elemento essencial e imprescindível para o nascimento e difusão desse sentimento patriótico, conforme Veríssimo, era a educação nacional. O povo americano depositava na escola esse papel fundamental de construção da nação. A escola norte-americana permitia, através da distribuição da mesma educação para todos os cidadãos, a ligação de seus elementos heterogêneos, elementos de raça, de religião e de costumes, permitindo, assim, a construção da verdadeira unidade do espírito americano. O mesmo não acontecia com o Brasil.

De acordo com o autor, nunca foi dada à escola brasileira a verdadeira importância social.

Permanecendo isolada na esfera da instrução primária, a escola no Brasil não teve a mínima influência na formação do caráter nacional, nem no desenvolvimento do sentimento nacional. Essa falta de brasileirismo, segundo Veríssimo, era resultado da enorme e irregular extensão do país comparada com sua escassa população, isolada em localidades, primeiramente nas capitanias e depois nas províncias. Assim, os habitantes que aqui viveram estavam alheios ao país; desenvolviam-se neles o sentimento local como o de pátria: haviam baianos, paulistas, paraenses, mas quase nunca o brasileiro. A falta de vias de comunicação e a carestia da população, além de contribuírem para esses localismos, impediam também a circulação pelo território e o conhecimento do país. Não só era difícil encontrar um brasileiro que tivesse, por prazer ou por instrução, viajado pelo Brasil como também, durante muito tempo Portugal, Lisboa e Coimbra representavam as capitais intelectuais do país.

Conforme Veríssimo, o desconhecimento do Brasil e o isolamento entre as províncias foram mantidos em virtude da ausência de uma organização da educação pública. Pessimamente organizada, a educação nacional não buscou jamais ter uma função integradora do espírito brasileiro. Jamais procurou, diferentemente dos Estados Unidos, ser utilizada para reduzir e atalhar o espírito local. A pátria brasileira era tratada da mesma forma como eram tratadas as outras terras, sem individualidade ou afetividade. Acrescentava-se a este fato a saída de muitas crianças brasileiras para realizarem seus estudos fora do país, as quais quando retornavam, tornavam-se cidadãos inúteis, alheios e ignorantes à realidade da própria pátria. Nada colaborava para amenizar essa situação, nem mesmo havia, como bem denuncia Veríssimo, museus, monumentos e festas nacionais. A população brasileira, composta por um alto índice de iletrados (84% da população), não encontrava nada que falasse de pátria, nem mesmo a educação nacional.

Em função dessa indiferença pelas coisas nacionais, o autor salienta a pobreza da literatura nacional: o jornalismo pouco, ou raramente, ocupava-se do Brasil; revistas que divulgassem para todo o Brasil os trabalhos dos intelectuais e artistas eram inexistentes, assim como ilustrações sobre as diversas paisagens brasileiras; livros ou qualquer outro produto nacional eram mais difíceis de serem encontrados do que qualquer obra estrangeira, mesmo de origem alemã ou italiana; somente o Rio de Janeiro possuía publicação de livros e periódicos, as raras e poucas publicações nas províncias não circulavam pelo país, eram para os brasileiros como se fossem publicadas na China. Essa triste realidade, como bem ressalta Veríssimo, vinha afirmar a nossa total ignorância sobre nós mesmos e a extrema pobreza, ou mesmo falta, do sentimento nacional.

Para livrar o país dessa ignorância e construir a identidade nacional, o autor propõe como principal objetivo a ser alcançado pelos estadistas brasileiros a criação da educação nacional e a difusão e exaltação da instrução pública. Ambas, instrução pública e educação nacional, permitiriam combater os espíritos separatistas, despertar o espírito da pátria e colocar acima do princípio federalista a unidade moral da nação.

Para o fortalecimento desta proposta, Veríssimo lança mão dos exemplos de regeneração nacional da França e da Itália. Nesses países, a restauração nacional foi realizada através da educação pública. Na Itália, foi fruto da atividade de seus escritores, poetas, publicistas, oradores e professores; resultado de um grande trabalho de uma nova educação, realizada não apenas nas escolas, mas também nas universidades, na imprensa e nos livros. A França, após a mutilação de seu território, e fundamentalmente vencida no seu orgulho pelo conflito franco-prussiano, foi para a educação pública que se voltou, enviando para a Alemanha missões oficiais, professores e pedagogos para estudarem a teoria e prática do ensino público de seu país. O mesmo ocorreu com a Inglaterra, os Estados Unidos, a Sué-

cia, a Holanda e a Suíça. Nesses países, enfatiza o autor, a educação pública foi tratada da mesma maneira com que eram tratados os assuntos da reorganização militar.

Faltava ao Brasil esse espírito reformador. Veríssimo, em *A Educação Nacional*, vem defender a proposta de regeneração do país, através da implementação de uma política educacional pautada na educação nacional e na instrução pública. Como forma de fortalecimento do espírito brasileiro, já tão enfraquecido, era necessário modernizar e nacionalizar a instrução pública. “Precisamos ser física, moral e intelectualmente fortes, e que a Humanidade conte conosco. Para isso porém, carecemos primeiramente ser brasileiros. O amor da pátria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro.” (Veríssimo, 1890, p. 34).

A obra de Veríssimo, na edição de 1890, contou com sete capítulos: “A Educação Nacional”; “As Características Brasileiras”; “A Educação do Caráter”; “A Educação Física”; “A Geografia Pátria e a Educação Nacional”; “A História Pátria e a Educação Nacional” e “O Brasil e os Estados Unidos”.

No primeiro capítulo, Veríssimo apresenta e aprofunda a situação dos três ramos, primário, secundário e superior, da educação nacional no Brasil, para demonstrar a total falta de preocupação com o conhecimento do país e a ausência, sobretudo, da educação cívica e patriótica. No segundo capítulo, o autor conclui que as características dominantes do caráter brasileiro estavam sustentadas pela indiferença, pelo desânimo, pela passividade e pela fraqueza com as coisas nacionais. Buscando combater o que deprimia em nosso caráter e produzir ao mesmo tempo as qualidades contrárias, Veríssimo desenvolve o terceiro capítulo, destacando a importância da educação do caráter brasileiro como a forma mais elevada de educação nacional, elemento indispensável para os mais altos interesses de constituição da pátria brasileira. No quarto ca-

pítulo, Veríssimo defende a introdução da educação física no sistema geral de ensino brasileiro, como uma das maneiras de fortalecimento das características físicas da nação. No quinto e sexto capítulos, o autor discorre sobre o estado em que se encontrava o ensino de Geografia e de História no Brasil e defende a necessidade de modernização desses campos de saber, uma vez que eram fundamentais para o conhecimento da História e da Geografia brasileiras. Por fim, no último capítulo, o autor procura nos Estados Unidos o que de melhor pudessem apresentar como modelo de construção do sentimento e unidade nacionais. Embora reconheça a riqueza norte-americana com relação à questão nacional, Veríssimo não advoga a favor da simples cópia de seu modelo educativo. Defende o estudo aprofundado desse modelo, mas a conservação e o desenvolvimento do que nos é peculiar, da nossa originalidade brasileira, do nosso caráter nacional, dos nossos costumes e do nosso afeto com as coisas nacionais. Só assim, firmando nossas características, poderíamos conquistar nossa independência.

A segunda edição de *A Educação Nacional*, em 1906, contou com o acréscimo de um capítulo sobre a educação da mulher brasileira. Conforme Veríssimo, em função da nossa herança cultural ibérica, havíamos herdado repugnantes tradições, como a clausura, conventos, humilhações em geral do ser feminino, confinado aos doces e às longas orações. Objetivando combater essas tradições, o autor defendia a extensão da instrução integral e enciclopédica à mulher, que deveria adquirir, assim como os homens, conhecimentos de Química, Língua e Literatura nacionais, Educação Artística, Geografia e História Geral e do Brasil.

Além do capítulo dedicado à educação da mulher, essa reedição contou, conforme já mencionado anteriormente, com uma nova e longa introdução, intitulada: "A Instrução no Brasil Actualmente". Esta introdução reproduz extensamente o texto escrito pelo autor para o *Jornal*

do Brasil, em 1892. Veríssimo manifesta abertamente a decepção com as reformas introduzidas pelo governo republicano, sobretudo através da ação de Benjamin Constant. Segundo o autor, embora Benjamin Constant fosse, além de educador, um dos fomentadores das novas instituições, ele havia sido transferido, por conveniências políticas, do Ministério da Guerra para o recém-criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos sem que estivesse preparado para o cargo¹³.

As reformas Benjamin Constant e seus muitos regulamentos acabaram não se realizando. Conforme Veríssimo, embora a reformulação da educação tenha atingido a instrução pública por completo, desde a primária do então Distrito Federal até a superior, e tenha tido o mérito de criar um movimento a favor do ensino público, um estímulo à nação pela demonstração de preocupação do novo regime com a cultura do Brasil não havia conseguido implementar melhorias com relação à qualidade educacional.

De acordo com Veríssimo, o ensino primário continuava, assim como no Império, sob responsabilidade dos governos locais (desde o Império era de competência das províncias, passando a ser reservado aos estados em que aquelas haviam se transformado com o advento da República), o que impedia a implantação de um ensino único em todo o país. Por motivos de descentralização dos ramos do ensino e como conseqüência da federação, a nova reorganização do ensino secundário também não havia sido radical. Embora o Gymnasio Nacional se constituísse como estabelecimento modelo de ensino no Brasil, fixando os planos e os programas oficiais de ensino, o caráter liberal da reforma acabou delegando aos estados excessiva liberdade, colocando na mão destes a decisão de ingresso nos cursos superiores da União. O mesmo caráter liberal levou ao aumento da autonomia do ensino particular, autonomia de que já gozava no antigo regime, passando a ser orientado, cada vez mais, pelo puro mercantilismo.

Mesmo conhecendo de perto a indiferença dos poderes públicos com a educação, a partir não só do pessimismo promovido pela não realização das reformas propostas por Benjamin Constant, mas também pela experiência adquirida, primeiramente, na Direção da Instrução Pública no Pará e, depois, na Direção do Gymnasio Nacional, Veríssimo continuou lutando a favor da implantação e difusão de um projeto de educação nacional no Brasil.

A Educação Nacional, ao propor um novo programa para a educação brasileira, passou a ser uma referência importante no projeto de construção do Brasil-nação. Nessa obra, a filosofia da educação, a pedagogia e a própria experiência do autor possibilitaram a formação de uma rede importante de conceitos, propostas e objetivos fundamentais, não apenas para o setor educacional em geral, mas sobretudo para a utilização da educação como fator de construção e renovação nacional. Tinha a intenção de denunciar a falta absoluta da educação nacional e apresentar uma saída para o país.

A GEOGRAFIA PÁTRIA E A EDUCAÇÃO NACIONAL

Como parte da proposta de reformulação e construção do sentimento nacional por meio da educação, Veríssimo destaca o papel da “Geografia Pátria” e da “História Pátria”. Para o autor, a falta de conhecimento da Geografia e da História do país demonstra o desprezo excessivo do brasileiro pelo Brasil. O fato de os estudos de Geografia e História do Brasil serem realizados por estrangeiros, e não por brasileiros, suscita Veríssimo, uma vez que esses conhecimentos representavam alicerces do ensino, importantes desde os primeiros anos de instrução. “Que desamor profundo do país, está este facto a revelar! Entretanto o conhecimento do país em todos os seus aspectos, que todos se podem resumir em dous – geographico e historico – é a base de todo o patriotismo esclarecido e previdente” (Veríssimo, 1890, p. 102).

O despreço pela produção e sistematização de um conhecimento histórico-espacial do Brasil tornava sua instrução pública igual a qualquer outra desenvolvida em outro país. Na escola brasileira, inexistia o conhecimento a cerca do Brasil, e o ensino compunha-se de um amontoado de matérias desconectadas entre si. Citando Spencer, Veríssimo sublinha a necessidade de edificação de uma idéia moral superior para que a educação do povo brasileiro pudesse se efetivar. Sem ela seria impossível formar um homem ou um cidadão nacional, pois a educação em uma democracia deveria ser capaz de construir tanto um negociante sagaz ou um hábil industrial, ou um poeta, ou um bacharel, quanto um cidadão consciente de sua pátria. Quem, melhor do que o próprio governo central, poderia oferecer e viabilizar esse ensino cívico e moral? Quais conhecimentos seriam imprescindíveis para a realização de tal empreendimento? Para Veríssimo, o ensino de Geografia Pátria representava uma das âncoras do processo de constituição do cidadão brasileiro que deveria ser conduzido pelo governo central.

Entretanto, o estado de desenvolvimento da Geografia no Brasil impossibilitava a realização dessa tarefa. A Geografia no Brasil não era moderna e primava pela ausência de estudos sobre a realidade territorial do país. A modernização da Geografia, levada à frente, essencialmente, pelos europeus, havia sido marcada, principalmente, pelo trabalho de Karl Ritter, na última metade do século XIX. Com Ritter, a Geografia havia passado por uma reforma radical, tanto nos seus métodos como no seu espírito, transformando-se, na expressão de Veríssimo, em uma verdadeira “psicologia da terra”¹⁴. Essa mudança na forma de produção do conhecimento geográfico estava longe de encontrar ressonância no Brasil.

A Geografia desenvolvida no Brasil resumia-se à simples memorização de nomes de cidades, rios, acidentes geográficos, etc. Um conhecimento pautado na pura lógica enciclopédica sem nenhum poder explicativo. Tão distante, sublinha

Veríssimo, estávamos dos excelentes trabalhos alemães, ingleses, americanos ou franceses como os de Lefebvre e Vidal de La Blache, na França, e os de Geikie, na Inglaterra¹⁵.

Somava-se a não modernização da Geografia no Brasil, a ausência de estudos de Geografia do Brasil. Conforme Veríssimo, imperava o total desconhecimento do território brasileiro. A Geografia do Brasil era de nomenclatura. Contudo não dominavam nomenclaturas nacionais, mas sim nomenclaturas dos diversos acidentes geográficos de outros países, principalmente dos países europeus.

A Geografia Pátria era quase impossível de ser estudada pela falta completa de dados. Nos livros de leitura, prevalecia a indiferença com as questões nacionais. A carência de informações espaciais e de seu respectivo material pedagógico impedia a viabilidade da formação do cidadão brasileiro. Faltavam tratados, compêndios, manuais, mapas, atlas, cartas temáticas e estudos particulares de cada grande divisão do Brasil, enfim, inexistia qualquer material capaz de mostrar com nitidez a realidade brasileira e, por conseguinte, a Geografia Pátria. Os escritos e estudos estrangeiros que, traduzidos ou mesmo copiados, construíam e substanciavam a educação dos jovens brasileiros, eram alheios ao Brasil. Assim, a Geografia escolar brasileira não contava com nenhum material, nem de Geografia Geral nem de Geografia do Brasil, que pudesse conduzir à modernização deste conhecimento e fornecer elementos para a formação da identidade nacional.

Embora os programas de ensino tivessem sido modificados pelo governo em 1882, segundo Veríssimo, essa mudança havia sido desacertada, pois introduzia na Instrução Pública da Corte, no programa do estudo de Geografia do ensino secundário, pontos que eram impossíveis de serem sustentados e incorporados pelo ensino primário. Este, por medidas de descentralização, tanto no Império quanto na República, havia ficado ao cargo das províncias, o que dificultava

a implantação de uma proposta de ensino único para o país.

A Geografia no ensino primário continuava, mesmo depois dessa reforma, a ser lamentável, dominando a decoração e a recitação da lição. No ensino secundário, a Geografia objetivava, basicamente, os exames e resumia-se à enumeração e à nomenclatura. No ensino superior inexistia o estudo de Geografia. Havia, comenta Veríssimo, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, um curso denominado Engenheiros Geógrafos, que estudava geodésia, astronomia e topografia numa estreita visão matemática e agrimensora, contudo não estudavam qualquer matéria que integrasse a então moderna ciência geográfica¹⁶.

A realidade em que se encontrava a Geografia no Brasil, exigindo modificações, chamava a atenção de Veríssimo. Para reverter essa situação, o autor sugere que imitemos os exemplos de países como França, Alemanha, Estados Unidos ou mesmo Argentina, que para fortalecerem a escala política nacional investiram maciçamente na modernização e no ensino de Geografia. Nesses países, foram surpreendentes os movimentos nacionais a favor do estudo dessa matéria. Foram incentivadas e criadas sociedades topográficas e geográficas, revistas especiais, livros e cadeiras para ensino superior. Na França, passaram a ser produzidos materiais geográficos para mostrar a enorme nitidez da Geografia Pátria, como tratados, compêndios, manuais, mapas, murais, atlas, cartas, globos, e também diferentes cartas especiais, como geológicas, econômicas e demográficas. Na Alemanha, o ensino de Geografia era superior em todos os ramos do saber. Como aponta Veríssimo, secundando e baseando a História, a Geografia havia preparado a unidade alemã e continuava a engrandecer o país como uma das ciências cultivadas com mais predileção nas universidades. Por que não seguimos o modelo de trabalho destes países, adaptando-o à realidade da nossa Geografia Pátria?

Veríssimo propunha uma reformulação urgente do ensino de Geografia, por intermédio

da implantação da Geografia Pátria. Para o autor, não bastava colocar nos programas de ensino o parágrafo “Corografia do Brasil”, era preciso programas detalhados inspirados no método moderno do ensino geográfico. Da mesma forma, eram necessários professores capazes e escolas aparelhadas de material didático para que fosse possível estudar tanto a Geografia Física (a formação da natureza do solo, os acidentes geográficos, a hidrografia e o clima) quanto a Geografia Humana do Brasil (os aspectos políticos, econômicos e culturais). Seria também fundamental a implementação de uma política de fiscalização e de incentivo do ensino da Geografia Pátria¹⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando dar uma contribuição à história pré-institucional da Geografia brasileira, este artigo procurou utilizar uma fonte ainda não explorada na literatura geográfica, a destacada obra *A Educação Nacional*, do crítico literário José Veríssimo Dias de Matos.

Voltada exclusivamente para a questão educacional, a obra vem ressaltar a importância da Geografia, e principalmente da *Geografia Pátria*, como parte fundamental para a construção de um grande e novo projeto pedagógico nacional.

Escrita na passagem do Império para a República, *A Educação Nacional* materializa as aspirações de Veríssimo perante o Brasil republicano. Mesmo cético com relação aos rumos políticos do novo sistema de governo, Veríssimo pretendia encontrar uma possível saída para pôr fim às mazelas nacionais e construir um Brasil moderno. Para essa tarefa, reconhecia a imprescindibilidade do conhecimento territorial nacional, ou seja, a imprescindibilidade de se produzir um conhecimento maior e mais sólido sobre a Geografia do país.

A sua *Geografia Pátria*, bem antes da formação da Geografia universitária brasileira no Rio de Janeiro e em São Paulo, já acenava para a necessidade de reformulação dos estudos geográfi-

cos aqui desenvolvidos, não apenas do ponto de vista metodológico, mas sobretudo do ponto de vista cívico e político. O retrato que Veríssimo apresenta da situação da Geografia no Brasil, no início da Primeira República, contribui para explicar tanto as dificuldades da institucionalização da Geografia brasileira, naquele momento, quanto a sua tardia institucionalização.

NOTAS

- * Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Artigo encaminhado para publicação em agosto de 2001. E-mail: mmachado@microlink.com.br.
- 1 Antônio C. R. Moraes, geógrafo com expressiva produção dedicada às pesquisas sobre história e metodologia da Geografia brasileira, tem chamado atenção para as dificuldades no reconhecimento dos discursos geográficos (Moraes, 1999, p. 22; Moraes, 1991).
- 2 As informações referentes a vida e obra de José Veríssimo, que constam nesta primeira parte do trabalho, foram extraídas das seguintes bibliografias: Barbosa (2001, 1985), Cavazotti (1999), Segismundo (1966), Veríssimo (1970).
- 3 *Gymnasio Nacional* foi a denominação dada ao Colégio Pedro II nas duas primeiras décadas do Regime Republicano (1890-1911), se constituindo como estabelecimento padrão de ensino oficial no Brasil à época.
- 4 O *Pedagogium* foi criado em 1890 por Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, nova secretaria de Estado do regime Republicano. O *Pedagogium* representava o estabelecimento de ensino profissional destinado a servir como centro de aperfeiçoamento de professores públicos e particulares e centro propulsor da reforma da instrução do país (Andrade, 1999, p. 58).
- 5 O estabelecimento de duas fases da vida e obra de José Veríssimo é apresentada pelo crítico literário e estudioso contemporâneo de sua obra, João Alexandre Barbosa (ver Barbosa, 1985, 2001).
- 6 De acordo com Cavazotti, 1999, *Primeiras páginas* constituiu o trabalho de estréia de José Veríssimo, originário de seus primeiros escritos.
- 7 A “geração de 1870” (também conhecida como “geração ilustrada”, pelo seu esforço em iluminar o país através da ciência e da cultura, ou como mosqueteiros-

- intelectuais) captou o significado das transformações em curso, denominando-as de modernismo. Essa mesma geração é a responsável pela construção do pensamento moderno sobre a nação brasileira, pensamento que assume a dianteira nos debates intelectuais a partir de 1920 (Ver Lúcia L. Oliveira, 1990, p. 80).
- 8 Desta geração, poderiam ser listados ainda os nomes de Clovis Bevilacqua, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Lessa, juristas de sólida doutrina e gosto pelo fenômeno literário; Miguel Lemos e Teixeira Mendes, defensores do positivismo como doutrina; Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, exprimindo majestosamente a vida social brasileira dos fins do século XIX e dela participando não só como escritores, mas também como grandes homens públicos, de caráter liberal. Alimentados também por essa cultura, embora transcendendo-a em certos aspectos, destacam-se João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manoel Bonfim (Bosi, 1994, p. 245-259).
 - 9 Para essa geração de intelectuais, o fluxo europeu era a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como se prometia. A palavra de ordem da geração modernista de 1870 era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a Abolição, a República, a Democracia. Toda essa elite europeizada foi responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos (só Nabuco não era republicano, embora fosse um liberal progressista), todos trazem como lastro de seus argumentos as novas idéias européias e se pretendem os seus difusores no Brasil (Sevcenko, 1999, p. 79).
 - 10 O desapontamento com o advento da República parece não ter sido sentido apenas pela intelectualidade brasileira. Conforme José Murilo de Carvalho (1999b, p. 37), diferentes foram os setores da sociedade nacional atingidos pela mudança do sistema de governo, naquele momento.
 - 11 Esta obra contou ainda com uma terceira edição em 1985, data da implantação da Nova República, o que vem demonstrar a importância e a atualidade das questões nela tratadas. Esta terceira edição conta com o prefácio do crítico literário João Alexandre Barbosa.
 - 12 José Murilo de Carvalho, estudando a história da construção das imagens da nação no Brasil, estende a idéia da ausência do povo para além do período republicano (Carvalho, 1999a, p. 233).
 - 13 Segundo Lemos (1997, p. 19), Benjamin Constant foi derrotado no plano pessoal, em 1890, perdendo o Ministério da Guerra para Floriano Peixoto, considerado mais capaz de erradicar a agitação política das Forças Armadas. Como prêmio de consolação, o Governo Provisório cria para ele o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, que, embora afinado com sua vocação pedagógica, carecia de qualquer preocupação oficial de longo prazo com a questão educacional, tendo sido extinto pouco mais de um ano logo após sua morte.
 - 14 Veríssimo, ilustrando a importância de Ritter, faz referência ao inglês Geikie, que em seus estudos indica superiormente a importância do moderno ensino geográfico. "Ligando as particularidades locais com a história humana, a geographia nota quão largamente influíram ellas sobre o progresso dos acontecimentos políticos, como por exemplo dirigiram a emigração dos povos, guiaram a onda de conquistas, moldaram o caráter nacional e deram até colorido á mytologia e a litteratura nacionaes" (Arch. Geikie, *The Teaching Geography*, London, 1887, p. 2. - Apud. Veríssimo, 1890, p. 94).
 - 15 Veríssimo (1890, p. 100) destaca a importância da contribuição do geógrafo francês Lefebvre para os modernos estudos de Geografia. A publicação intitulada *Le Brésil*, uma separata da *Grande Encyclopédie*, acompanhada por uma coleção magnífica de *Vues du Brésil*, para Veríssimo era exemplar, sendo a mais perfeita e completa sob vários aspectos da geografia do país, pois tratava-se de um resumo da Geografia Física, Política e Econômica, da História e dos progressos sociais do Brasil ilustrada por mapas, gravuras e gráficos. Essa obra, elaborada por Lefebvre com a colaboração de brasileiros como Barão de Rio Branco e Eduardo Prado, teve sua primeira e segunda edições em 1889, apenas na língua francesa. No ano de 2000, pela Bom Texto e Letras & Expressões, recebe sua terceira edição, a primeira edição em língua portuguesa. *Le Brésil* representou um modelo para os estudos geográficos à época, pois a forma com que realizou um retrato do Brasil colonial e imperial, no momento de efervescência de um Brasil republicano, era completamente nova.
 - 16 A Escola Politécnica surge da Escola Central, em 1878, e passa a ser destinada ao ensino de Engenharia Civil, formando quatro especialistas de engenheiros: engenheiro civil, de minas, geógrafo ou industrial e duas

especialidades de bacharéis, em ciências físicas e naturais e em físicas matemáticas. Esses bacharéis tornavam-se, provavelmente, professores de Física, Química e Matemática das escolas secundárias. (Ver Cunha, 1980, p. 94-100 e Pereira, 1994, p. 168-170).

- 17 É interessante observar a proposta de Veríssimo para a implementação de um método moderno de ensino de Geografia. Para o autor, o método deveria apresentar a potencialidade de desenvolvimento da formação cívica de um povo. E, nesse sentido, Veríssimo identifica como exemplar o trabalho de um pedagogo francês que ele mesmo viu ser realizado na Alemanha. Guardando as especificidades de tempo e espaço, cabe aqui reproduzir a passagem, destacada por Veríssimo, do trabalho desse pedagogo, pela sua riqueza e atualidade metodológica, principalmente quando se pretende como objetivo do ensino a formação política de um cidadão nacional. "O ensino da geographia começa pela descrição da região onde se acha a escola. O plano da cidade desenrolado diante dos alumnos, é muito circunstanciadamente estudado. As grandes direções que podem servir á orientação geral, as ruas, as avenidas, em uma palavra, as mais conhecidas arterias da cidade, e a posição relativa da escola, o curso do rio, si algum existe, são primeiramente indicados, sendo tudo apontado por sua vez na carta. Os diferentes bairros discriminados por cores especiaes, são successivamente enumerados, desde os mais antigos aos mais novos; recordam os principes que os fundaram, os principaes architectos que os edificaram ou embellezaram com edificios, as circunstancias que lhes deu o nome, de forma que assiste-se assim ao progresso que, activo já no antigo nucleo da velha cidade, provocou seu crescimento, fel-a muitas vezes saltar os muros de um recinto fortificado e que, atravez da historia e de suas vicissitudes, desenvolveu-a na forma da cidade moderna em que hoje a vemos. Os nomes das ruas, as pontes, os monumentos publicos servem para de caminho reconstituir uma longa chronica local, e em verdade animam aos olhos da criança, os entes d'esta grande morada, da qual é um dos habitantes. Si trata-se de uma provincia, da Silesia por exemplo, contam ou repetem os acontecimentos que provocaram a sua reunião á Prussia. Depois o mestre indica-lhe exactamente as fronteiras. Os alumnos reproduzem immediatamente esta exposição. Mestre e classe estudam após da mesma maneira o curso do rio central, depois o de seus affluentes, depois os productos do solo cuja diversidade é ligada a de outras regiões da provincia, vindo por fim a divisão politica d'essa." (Dumesnil, La

Pédagogie dans l'Allemagne du Nord, Paris, 1885. Apud Veríssimo, 1890, p. 109-110).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera L. C. de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese (Doutorado em História Social) – IFCHS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- BARBOSA, Alexandre João. José Veríssimo: História da Literatura Brasileira. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico 2*. São Paulo: SENAC, 2001. p. 279-297.
- _____. A Vertente Pedagógica. In: VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 5-11.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CARVALHO, José Murilo. Brasil: nações imaginadas. In: _____. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 233-268.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. José Dias de Matos Veríssimo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITO, Jader de Medeiros. *Dicionários de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MEC-INEP, 1999. p. 291-296.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- LEMOS, Renato L. do C. N. E. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19 (Indivíduo, biografia, história). 1997.
- LEVASSEUR, E. *O Brasil* (1889). 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto Letras & Expressões, 2000.
- MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8 (História e Natureza), 1991.
- _____. História social da geografia no Brasil: Elementos para uma agenda de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 1999, Rio Claro. *Anais...* Rio Claro: Unesp, 1999. p. 17-23.
- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1997. Tomo III, vol. 2, p. 259-291.

- OLIVEIRA, Lúcia L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PEREIRA, Potiguara. Engenharia militar. In: VARGAS, Milton (Org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP/Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994. p. 163-178.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Do jardim à universidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo Universal de Cultura, 1966.
- SEVCENKO, Nicolau. *Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª reimpressão da 4ª edição, de 1985. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. 1. ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Universidade Federal do Pará, 1970.
- _____. *A educação nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- _____. *A educação nacional*. 1. ed. Rio de Janeiro/Pará: Francisco Alves/Tavares & Cª. Universal, 1890.

ABSTRACT

This study is an attempt to contribute to the pre-institutional history of the Brazilian Geography based on the essay "Educação Nacional (National Education)", published in 1890 by José Veríssimo Dias de Matos, one of the most important Brazilian scholars of the XIX Century.

In the first part, using bibliographical information, I describe the intellectual importance of José Veríssimo, and set his place within the cultural Brazilian scene of that period.

The second part is dedicated to present the essay itself ("Educação Nacional") and its proposal to establish the National Geography, which, according to Veríssimo, represented one of the anchors of the national citizen constitution process.

KEYWORDS:

History of Geography; Brazilian Geography; Nation Geography; National Education; First Republic.

